



O FUTURO NAS MÃOS

ANDRÉ
BARATA

RENATO
MIGUEL
DO CARMO

O

FUTURO
NAS MÃOS

DE REGRESSO
À POLÍTICA
DO BEM
COMUM

LISBOA:

TINTA-DA-CHINA

MMXV

© 2015, André Barata, Renato Miguel do Carmo
e Edições Tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *O Futuro nas Mãos. De Regresso à Política do Bem Comum*
Autores: André Barata e Renato Miguel do Carmo
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (Vera Tavares)

1.^a edição: agosto de 2015

ISBN 978-989-671-269-3

Depósito Legal n.º 396246/15

*Dedicado ao Francisco, ao Manuel, ao Vasco,
ao António, ao Mário, ao Pedro e à Mariana.
Porque o futuro tem nomes.*

ÍNDICE

Introdução.....	II
-----------------	----

1: A AUSTERIDADE, ESSA IDEOLOGIA

O desastroso sucesso da austeridade	17
A democracia sob stress	24
A política sob stress	26
Heteronomização	32
Desautonomização da governação	34
A viragem europeia	36
A ideia de democracia em crise	38
O método austerista	40
Arguidos do desemprego	45
Dívida e culpa	47
Código da vida arriscada	51
A presidência cúmplice	57

2: UM PAÍS DE EXCLUSÕES

A inevitabilidade é uma escolha	65
Um triângulo identitário vicioso... ou virtuoso	66
Portugal: uma sociedade desigual	70
Precariedade e declínio da classe média	87

3: QUE ESTADO QUEREMOS?

Estado sem estatismo	97
Uma política e um Estado mais livres	104
Estado para todos: redistribuição, capacitação e desprivatização	113

4: QUE POLÍTICA QUEREMOS?

Diminuir o desemprego e as desigualdades para estimular o crescimento e o desenvolvimento.....	131
Levar mais longe a estratégia «de todos para todos».....	141

Conclusão: o realismo da utopia.....	153
--------------------------------------	-----

Fontes bibliográficas	161
Bibliografia	162
Notas biográficas	165

INTRODUÇÃO

Há mais de um ano, na sequência de uma conferência nacional em defesa do Estado social levada a cabo pelo Congresso Democrático das Alternativas, organizámos um volume que contou com a participação de uma dezena de especialistas nos diferentes campos de ação do Estado social. Para título desse volume escolhemos a expressão «De todos para todos», fórmula de uma conceção de Estado social que conta com todos na sociedade, num quadro de solidariedade social, para chegar a todos na sociedade, num quadro de universalidade. Esta estratégia «de todos para todos» não se conforma com as conceções assistencialistas que assumem que o Estado social é apenas para aqueles que não podem. A razão desse inconformismo é clara: uma escola pública apenas para quem não pode pagar outra é uma pior escola pública do que se for uma escola para todos. Do mesmo modo, um serviço nacional de saúde apenas para quem não pode pagar outro é um pior serviço nacional de saúde. O laço que nos liga como comunidade depende deste compromisso social. E isto é válido tanto para o Estado social como para o próprio desenvolvimento do país. A nosso ver, a estratégia socialmente mais justa, mas também economicamente mais sustentável e politicamente mais democrática, é uma estratégia «para todos». O título escolhido para

II

INTRODUÇÃO

este livro escrito a quatro mãos vai mais longe e projeta esta estratégia para o futuro.

Os autores deste livro não só tomam posição nos campos da teoria e do conhecimento, mas posicionam-se também no espaço público, ambos implicados em plataformas e movimentos políticos. Se com este livro apresentamos uma visão do estado do país e uma visão da política em que acreditamos, é também porque estamos dispostos a ser consequentes com esse posicionamento.

O livro organiza-se em quatro capítulos: dois de análise e dois propositivos. Os dois primeiros têm por objetivo fazer um diagnóstico claro sobre a situação difícil em que o país se encontra, e sobre as circunstâncias políticas que o têm bloqueado. Os dois últimos procuram desenhar uma estratégia que responda aos bloqueios e devolva ao país um horizonte de futuro aberto assente numa política do bem comum.

Assim, o primeiro capítulo procura descrever a política de austeridade que tem assolado o país nos últimos quatro anos, caracterizando-a tanto social como ideologicamente. A nosso ver, é imprescindível desmontar a neutralidade ideológica da austeridade e expor o modelo de sociedade que essa austeridade procura firmar. O rigor financeiro das contas públicas que a austeridade aparenta promover esconde, na verdade, o objetivo de sujeitar a sociedade a uma desautonomização crescente.

O segundo capítulo propõe uma descrição do nosso país que se confunde frequentemente com as condições da sua própria identidade, tal a persistência da exclusão e da desigualdade social como padrão característico de todos os aspetos da vida nacional desde há muito. Este quadro de

múltiplas exclusões é muito anterior ao advento da austeridade. Na realidade, parte importante do apoio social à austeridade nos seus primeiros tempos proveio da expectativa de que esta seria uma maneira de romper com lógicas de exclusão habituais em Portugal. O ressentimento desencadeado pela identificação de privilégios exclusivos de funcionários públicos, assim como toda a retórica em torno dos direitos adquiridos, justificaram uma linha de ação ilusoriamente igualizadora da austeridade.

No terceiro capítulo do livro apresentamos a conceção de Estado que defendemos para o nosso país. Contra o estatismo que costuma dominar as instituições e a vida da sociedade, mas também contra as preferências ideológicas neoliberais que desejam um Estado mínimo, reduzido às suas funções soberanas essenciais, defendemos um Estado que proporcione capacidades e oportunidades aos cidadãos e às suas comunidades, apostando na autonomia e na descentralização, assumindo uma direção «de baixo para cima» como orientação dominante da organização dos serviços.

No último capítulo, expomos a política que queremos que este Estado promova de forma não estatista. O denominador comum é uma estratégia para todos, como política do bem comum, que desativa a exclusão precisamente por fazer da inclusão uma prática política concreta, quer falemos de políticas sociais assentes no princípio da universalização, quer do próprio modelo de desenvolvimento do país, que deve basear-se na capacitação da sua maior riqueza: a população.

Este é um livro de intervenção. Por esse motivo, exprime muitas das preocupações com que nos fomos deparando

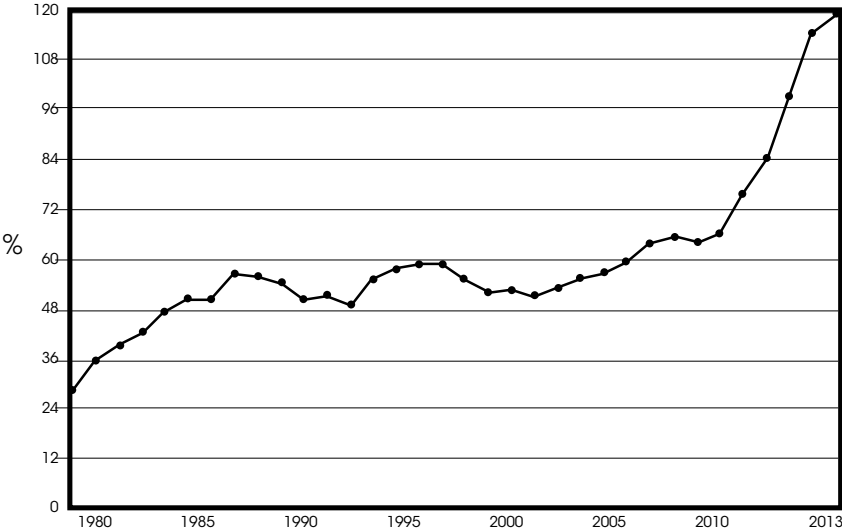
nos últimos anos, num período particularmente sombrio da vida social e política do nosso país. Algumas secções tiveram primeiras versões publicadas em capítulos, artigos de opinião e *posts* em blogues políticos, cada uma com o seu tom, umas vezes mais indignado, outras mais reflexivo ou propositivo. Estas publicações estão devidamente identificadas no final do livro.

Gostaríamos que este fosse um livro não de desânimo, mas de encorajamento. Há saídas que dependem das nossas escolhas políticas. Por isso mesmo, antes de mais, é imprescindível restaurar a convicção de que o nosso futuro coletivo enquanto comunidade nacional está nas nossas mãos. E de que a via para esse futuro passa por retomar e aprofundar uma política que enfatize a promoção do bem comum como prioridade fundamental.

1

A AUSTRERIDADE,
ESSA IDEOLOGIA

Dívida direta do estado em percentagem do PIB



O DESASTROSO SUCESSO DA AUSTERIDADE

Desde abril de 1974 que não se registava tamanha aceleração do aumento da dívida do Estado português. Por paradoxal que pareça, este é um facto tão claro como a orientação acentuadamente vertical da linha do gráfico exposto na página ao lado. Portanto, não basta dizer que a austeridade falhou. A austeridade foi um desastre precisamente no propósito que apresentou aos portugueses: desendividar o país e restabelecer a sua soberania económica.

Este desastre não deixou de ser um sucesso para a governação que impôs a austeridade ao país. Se o défice público corrigido garantiu alguma coisa – à custa de cortes nos salários e pensões, e de cortes na despesa social, imprescindível à proteção dos cidadãos e ao desenvolvimento do país –, foi que o Estado português reunisse condições para honrar o pagamento de uma dívida magnificada a tal ponto que nem várias gerações de portugueses conseguirão restabelecer os valores de duas décadas atrás. Não sem algum cinismo, a pergunta que imaginamos os credores a fazerem é esta: que importância tem o tamanho da dívida portuguesa quando o que interessa é que a consigam pagar?

Mas será que os sacrifícios pedidos às pessoas resultaram? Decerto resultaram, não para as pessoas, nem para o país, mas sim para este mecanismo de perpetuação de uma

dívida, e de uma dívida eternamente honrada, cresça ela o que crescer. A austeridade, vendida aos portugueses como um programa de desendividamento, não passou de um programa que garante o pagamento de uma dívida maior.

A austeridade falhou para os portugueses porque deixou em muito pior estado o problema de sobre-endividamento que propunha resolver, e porque fez regredir alguns dos mais importantes indicadores das condições socioeconómicas do país. O rendimento médio das famílias caiu 7% desde 2010, registrando em 2014 valores idênticos aos de 2006 – *grosso modo*, um recuo de uma década em termos de rendimentos das pessoas. Em 2013, o PIB recuou para valores de quase uma década atrás. Em 2014, recupera apenas 0,9%, o que revela no mínimo uma estagnação económica. Para além dos rendimentos diminuírem, a segurança da fonte dos mesmos também diminuiu. Um novo código do trabalho em 2012 apostou na precarização dos vínculos laborais, facilitando o despedimento numa altura em que a criação de emprego ficava muito aquém da destruição de empregos. Quem não se resignou ao desemprego emigrou. E a emigração a que Portugal assistiu em cada um dos anos 2011, 2012 e 2013 só é comparável com o ano de 1966. Em três anos, mais de 300 mil portugueses emigraram à procura de uma solução económica para as suas vidas que o seu país não conseguia proporcionar. Na improbabilidade de regressarem, o que os espera, e o que espera os filhos que tiverem, é pagar a dívida que a austeridade perpetuou. Assim, o desastroso sucesso da austeridade desativou duas gerações: a geração em idade ativa, que se vê desempregada ou emigrada; e a geração que não chega a ver a luz do

NOTAS BIOGRÁFICAS

ANDRÉ BARATA, nascido em 1972, é filósofo (doutorado em Filosofia Contemporânea pela Universidade de Lisboa), professor da Universidade da Beira Interior (UBI), onde coordena o doutoramento em Ciência Política, e investigador do LabCom.IFP. É autor de vários livros, entre os quais *Primeiras Vontades: Da Liberdade Política para Tempos Árduos* (Documenta, 2012), e organizou, com Renato Miguel do Carmo, o livro *Estado Social: De Todos para Todos* (Tinta-da-china, 2014). Editou também *Representações da portugalidade* (Caminho, 2011).

RENATO MIGUEL DO CARMO, nascido em 1971, é sociólogo e investigador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL) e do Observatório das Desigualdades. É autor de diversos livros e artigos publicados em revistas de circulação internacional, versando principalmente sobre as temáticas das desigualdades sociais e territoriais, estudos rurais e urbanos, globalização, mobilidade espacial e Estado

social. Recentemente, organizou os seguintes livros: com André Barata, *Estado Social: de todos para todos* (Tinta-da-china, 2014); com António Firmino da Costa, *Desigualdades em questão: análises e problemáticas* (Mundos Sociais, 2015).

No plano da intervenção, ambos os autores participaram na redação do Manifesto para Uma Esquerda Livre (2012), são membros do Congresso Democrático das Alternativas e estiveram envolvidos, desde sua origem, na criação do partido LIVRE e da candidatura TEMPO DE AVANÇAR.

O FUTURO NAS MÃOS

foi composto em caracteres
Hoefler Text e Avant Garde e
impresso na Rainho & Neves,
Artes Gráficas, em papel Coral
Book de 90 gramas, no mês
de agosto de 2015.

